



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

RAQUEL AGUIAR DA SILVA

**O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPLANDO OS DIREITOS NO GRUPO DE  
MULHERES SEARA DOS POBRES EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Palhoça

2008

**RAQUEL AGUIAR DA SILVA**

**O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPLANDO OS DIREITOS NO GRUPO DE  
MULHERES SEARA DOS POBRES EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço Social, da  
Universidade do Sul de Santa Catarina,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Darlene de Moraes Silveira.

Palhoça

2008

**RAQUEL AGUIAR DA SILVA**

**O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPLANDO OS DIREITOS NO GRUPO DE  
MULHERES SEARA DOS POBRES EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo curso de Serviço Social da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 25 de novembro de 2008.

---

Orientadora Dra. Darlene de Moraes Silveira  
Unisul

---

Profa. M.Sc. Janice Merigo  
Unisul

---

Prof. M.Sc. Giovani de Paula  
Unisul

Aos meus pais, que sempre respeitaram, acreditaram e apoiaram minhas decisões. A eles dedico com todo o meu amor minhas conquistas. Eles continuarão sendo sempre o meu maior exemplo de vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Este é o momento pleno de emoções, chegar ao final desta etapa e ter a certeza de que muitas pessoas, entre elas familiares, amigos, colegas de aula e de trabalho, professores, alguns ao meu lado e outros distantes, estavam torcendo por mim. Agradeço a todos que fizeram parte desta minha conquista, divido com cada um de vocês minha alegria. Agradeço a Deus, pelas pessoas maravilhosas que Ele colocou em meu caminho. Quero dizer-lhes muito obrigado por tudo que fizeram por mim. Que Deus abençoe cada um de vocês.

Agradeço ao meu amor, Celso de Moraes Canto, que durante todos esses quatro anos soube ter paciência e compreender que muitas vezes era necessário abdicar de momentos pessoais para dedicar-me aos estudos, mesmo assim de uma forma muito carinhosa compartilhou comigo todos os momentos da minha vida acadêmica.

Agradeço ao meu irmão Ricardo, minha cunhada Sandra, que juntos sejam referência para minha querida sobrinha Bruna.

Agradeço às minhas tias Regina Suriz e Romilda Suriz, pelo carinho que sempre souberam demonstrar.

Agradeço a minha e sempre fiel amiga Rosemeri da Silva, que sempre acreditou e incentivou para que eu realizasse meus sonhos.

Agradeço aos meus amigos Josué Mattos e Terezinha Mattos, que mesmo longe sempre tive a certeza de estarem torcendo por mim.

Agradeço a minha querida Maristela da Silva, colega de aula que se tornou uma grande amiga, como também ao meu querido colega Marcelo Souza, que em todos os momentos em que precisei esteve pronto para ajudar-me. São muitos os momentos de carinho que guardarei para sempre de vocês.

Agradeço a minha querida professora e orientadora, Darlene de Moraes Silveira, por sua generosidade, apoio e carinho dado na construção deste trabalho.

Agradeço a minha professora e supervisora pedagógica, Janice Merigo, que contribuiu para o meu aprendizado no campo de estágio.

Agradeço ao professor Giovani de Paula, pelos seus ensinamentos, ainda fico emocionada por alguns momentos vividos em sala de aula em virtude de sua generosidade, principalmente do respeito pelo ser humano.

Agradeço a todos os professores, que de alguma forma tiveram participação na minha vida acadêmica, que souberam ensinar como compreender a diversidade da “vida”.

Agradeço a minha querida Célia Góes, Assistente Social, orientadora de campo de estágio, que deu a oportunidade para realizar tal trabalho assim como ao seu esposo, Nilson Góes, coordenador do programa, que sempre se colocou a minha disposição. Levarei comigo esses momentos de aprendizado e a certeza de ter convivido com pessoas de comprometimento social.

Agradeço também a minha querida amiga e colega de trabalho Roselene da Silva, que durante esses quatro anos sempre pude ter a certeza de poder contar assim como também a minha querida Eliana Freitas, que em nenhum momento negou algo quando eu precisei, tenho a certeza de que Deus me privilegiou com verdadeiras jóias ao meu lado e eu serei eternamente grata a vocês.

Por último gostaria de agradecer a todos os colegas de trabalho, que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até o final do meu curso. Foram momentos difíceis, mas sempre que precisei todos estavam lá dizendo alguma palavra de carinho, de conforto, outros apenas com um abraço, outros apenas um olhar, mas que eu entendia perfeitamente que aquele olhar era de força, de apoio. Respeito a maneira de cada um em demonstrar seus sentimentos e quero compartilhar com cada um este momento único e dizer muito obrigada de todo o meu coração.

## RESUMO

A elaboração deste trabalho está pautada nos “direitos das mulheres”, sendo a compreensão baseada na conquista dos direitos, bem como no sistema de proteção social e nas mudanças ocorridas a partir da Constituição de 1988. Cabe ressaltar que nesses 500 anos de Brasil as mulheres desempenharam seus papéis numa condição de submissão ao homem. Aos grupos e movimentos compete estar sempre à frente do próprio tempo para possibilitar novos rumos. É preciso construir ou aprofundar uma identidade de compromissos para que a agenda política e social inclua o princípio da igualdade entre os sexos, da igualdade de todas as pessoas, da parceria, com o respeito radical aos direitos humanos para a consolidação da democracia. O Assistente Social atua na esfera das políticas sociais. Portanto, consideramos ser um profissional capaz de defender direitos, socializar informações e possibilitar novas mudanças; ser um profissional propositivo, comprometido com o seu trabalho, que busca sempre uma atualização em sua formação profissional e cultural, acompanhando as mudanças do mundo contemporâneo. Diante da prática de estágio curricular em Serviço Social no Grupo Escola Irmão Delmiro Centro Espírita Seara dos Pobres e do acompanhamento no grupo Mulheres Vitoriosas, foi possível vivenciar as articulações teórico-práticas pertinentes ao processo de trabalho do Serviço Social com grupos.

Palavras-chaves: Serviço Social. Grupo. Direitos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campanha das Diretas Já.....	64
Figura 2 – Candidato a Presidente Tancredo Neves e seu vice, José Sarney .....	64
Figura 3 – Cumprimento dos candidatos das Diretas Já .....	65
Figura 4 – Comemoração pelas Diretas Já nas ruas do País.....	65
Figura 5 – Palestra sobre o câncer de mama .....	66
Figura 6 – Reunião com o grupo de mulheres .....	66
Figura 7 – Participação da diretora do Centro Espírita Seara dos Pobres, Sr.a Lourdes, na reunião com o grupo de mulheres.....	67
Figura 8 – Palestra sobre saúde .....	67

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Direitos civis e sociais.....	28
Gráfico 2 – Ação profissional do Assistente Social .....	47

## **LISTA DE SIGLAS**

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONTEXTO INSTITUCIONAL DO GRUPO ESCOLA IRMÃO DELMIRO CENTRO ESPÍRITA SEARA DOS POBRES .....</b>	<b>13</b>
2.1 HISTÓRICO DO GRUPO ESCOLA IRMÃO DELMIRO CENTRO ESPÍRITA SEARA DOS POBRES.....	13
2.2 ATIVIDADES REALIZADAS NA ESCOLA IRMÃO DELMIRO CENTRO ESPÍRITA SEARA DOS POBRES .....	14
2.3 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO SEARA DOS POBRES .....	17
<b>3 A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E OS DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>20</b>
3.1 BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS .....	20
3.2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E AS MUDANÇAS NO PAÍS.....	23
3.3 OS DIREITOS DAS MULHERES: AVANÇOS E DESAFIOS .....	29
<b>4 O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM O GRUPO DE MULHERES .....</b>	<b>38</b>
4.1 O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM O GRUPO.....	38
4.2 A PRÁTICA DE ESTÁGIO COM O GRUPO MULHERES VITORIOSAS .....	45
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO A – DIRETAS JÁ .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO B – GRUPO DE MULHERES.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema “O Serviço Social contemplando os direitos no grupo de mulheres Seara dos Pobres em Florianópolis/SC” com o objetivo de apresentar no primeiro capítulo o contexto institucional do estágio supervisionado de Serviço Social.

Segundo Medeiros (2007), os direitos civis, políticos e sociais, assim como o conteúdo do sistema de proteção social, prestado pelo Estado a seus cidadãos, foram socialmente construídos ao longo dos últimos três séculos como resultado da tensão entre sociedade civil e Estado. As lutas pela liberdade, pela cidadania e pela proteção social nas sociedades ocidentais contemporâneas têm resultado, embora não de forma linear, em um crescente reconhecimento de sua universalização.

A segunda geração de direitos foi formulada em decorrência da luta dos trabalhadores durante os séculos XIX e XX. Tais direitos foram denominados direitos sociais em decorrência do desenvolvimento e da expansão do capitalismo industrial, contra as condições predatórias do trabalho.

A concepção dos direitos sociais efetivou-se pela instituição da social democracia e do Estado de bem-estar social no bojo da primeira grande crise do sistema capitalista e do acirramento da luta de classes. Generalizou-se a idéia de que a pobreza e a miséria não são uma simples manifestação do destino, da fatalidade, da indolência, da ignorância ou da incapacidade das pessoas de representar seus interesses por meio das organizações partidárias. Serão abordados no segundo capítulo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os direitos sociais.

Diante da pobreza e da expropriação, que eram impostas aos trabalhadores, os conceitos de liberdade e igualdade formais passaram a ser questionados diante da supremacia do valor da solidariedade social não decorrente do assistencialismo caritativo, mas da divisão social do trabalho, posto que, na realidade, havia uma grande distância entre a declaração abstrata dos princípios igualitários e os direitos reais.

Os direitos sociais como a saúde, a previdência social, as condições especiais de trabalho para as mulheres, os limites de horário de trabalho, a idade mínima das crianças no trabalho e o horário de descanso e lazer, a serem assegurados pelo Estado, foram considerados fundamentais. Não se tratava apenas de enunciar esses direitos nos textos constitucionais, mas de prever mecanismos que assegurassem aos trabalhadores sua promoção efetiva, buscando a igualdade real.

Somente com a Segunda Guerra Mundial (1934–1945) é que as mulheres conseguiram ocupar espaço que antes era somente dado aos homens, pois com a guerra muitas mulheres substituíram os homens em seus trabalhos porque muitos eram chamados para a guerra. Também com o advento da pílula a mulher teve condições de controlar a natalidade, tornando-se independente; com o ingresso nas universidades, as profissões liberais começaram a ganhar um novo status. A mulher então, que antes era educada a cuidar do lar e da maternidade, começa a desempenhar um novo papel na sociedade.

No terceiro capítulo apresenta-se o processo de trabalho do Serviço Social com o grupo Mulheres Vitoriosas, trazendo como fundamentação teórica autores que contribuíram com os relatos feitos a partir da experiência de estágio. Neste capítulo é abordada a prática de estágio a partir das reflexões teórico-práticas.

Por fim, apresentam-se as considerações finais com os posicionamentos gerados a partir do estudo proposto.

## 2 CONTEXTO INSTITUCIONAL DO GRUPO ESCOLA IRMÃO DELMIRO CENTRO ESPÍRITA SEARA DOS POBRES

### 2.1 Histórico do Grupo Escola Irmão Delmiro Centro Espírita Seara dos Pobres

O Grupo Escola Irmão Delmiro foi fundado em 26 de março de 1947, com sede à Rua Clementino de Brito, s/n, Estreito, em Florianópolis/SC; é declarada de Utilidade Pública Municipal por meio da Lei n. 326, e de Utilidade Pública Estadual, pela Lei n. 5.122, de 30 de junho de 1975. É uma entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade o bem-estar social, trabalhando sempre com voluntários. Somente em 1999, com a abertura da creche Caminho da Esperança André Luiz, é que necessitou da efetivação de alguns funcionários.

A entidade tem hoje como presidente a Sr.a Lourdes Maria Alves Pereira. Conta com uma área própria de 2.384m<sup>2</sup>, sendo 2.094m<sup>2</sup> de área construída, assim distribuída:

**salão principal:** com 300 lugares, este salão é usado nas palestras da casa. Neste mesmo andar estão localizadas duas salas para passes magnéticos, sala de atendimento fraterno, livraria e recepção;

No **1º subsolo:** sala de trabalhos manuais, onde se reúnem cerca de 40 senhoras, que passam as tardes de terças e quartas-feiras produzindo os trabalhos manuais, os quais são vendidos na lojinha neste mesmo andar. O lucro é revertido para a manutenção do Seara dos Pobres. Neste andar existem lanchonete, sala de mantimentos para doação à terceira idade, secretaria e salas onde há o atendimento de médicos voluntários (ginecologista, cardiologista, psicólogos);

Já no **2º subsolo:** abriga uma creche composta de cinco salas de aulas, refeitório, sala de professores, secretaria, cozinha, lavanderia, depósito de produtos alimentícios e depósito de produtos de limpeza e material didático. Há o atendimento a 90 crianças, que passam o dia recebendo alimentação, recreação, educação pedagógica. Essa creche é mantida com doações dos frequentadores do Seara dos Pobres, com convênios com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e com eventos promovidos pela direção da creche;

Ainda, no **3º subsolo**: salas onde é feito o estudo da doutrina aos sábados e segundas-feiras. No sábado, no período matutino, são atendidas às crianças da comunidade, com recreação, atendimento pedagógico e espiritual. Domingos no período matutino, são atendidas às crianças da comunidade na área da evangelização, é também fornecida alimentação a elas; e

**térreo**: cozinha industrial, refeitório, lavanderia, salão de festas e banheiros. O refeitório é usado aos sábados e domingos para a preparação da sopa e dos lanches servidos às crianças da comunidade, que são em torno de 150. O salão de festas é usado nas festividades da casa (bingos, café colonial e encontro dos médiuns). Desta forma é que está apresentada seu espaço físico e funcionamento. Também existe o acesso da comunidade para a participação nas atividades desenvolvidas no Centro Espírita Seara dos Pobres, as quais são relatadas a seguir.

## **2.2 Atividades realizadas na Escola Irmão Delmiro Centro Espírita Seara dos Pobres**

As atividades desenvolvidas no Centro Espírita Seara dos Pobres, localizado próximo a uma comunidade economicamente vulnerável, possibilitam o acesso de crianças e adolescentes a momentos de lazer e aprendizado (reforço pedagógico), fazendo com que esses jovens possam estar inseridos num contexto onde haja um desenvolvimento social mais digno e humano, assim como os idosos e as pessoas da comunidade em geral.

Segundo Jaguaribe (1986 apud TEIXEIRA, 2006), o Brasil é um dos países que apresentam a mais alta taxa de concentração de pobreza no mundo, mais de 60% da sua população pode ser considerada pobre ou miserável.

Os estudos e os diagnósticos sobre as necessidades sociais têm sido nos anos recentes profícuos na demonstração de um quadro alarmante da pobreza, medida segundo a capacidade de consumo de bens básicos. Sem pretender reproduzi-los, torna-se necessário identificar a maneira como descodificam a pobreza a fim de discutir a sua pertinência no encaminhamento das políticas de proteção social. Em geral esses estudos se alicerçam em indicadores econômicos e

demográficos capazes de descrever a inserção no mercado de trabalho, o nível de renda, o consumo de alguns bens e serviços e finalmente os efeitos dessa situação na saúde e na educação.

Diante desse quadro, o objetivo da instituição passou a ser o de promover atividades que possam sociabilizar, além das crianças e dos adolescentes, as pessoas da comunidade da qual estão excluídas por vários fatores: desemprego, drogas, alcoolismo e outros.

Dentre as atividades realizadas pela instituição, destacam-se:

**visita ao asilo Lar de Zulma:** uma equipe de voluntários da entidade faz uma visita aos idosos todo 1º domingo de cada mês;

**entrega de cestas básicas:** no 2º domingo de cada mês é feita a entrega de 76 (setenta e seis) cestas básicas a idosos, sendo servido a eles um café e dada atenção especial de uma equipe de cabeleireiros, que fazem corte de cabelo, de voluntários da escola Advance, que prestam atendimento na área da saúde. As cestas básicas são doadas pelos freqüentadores do Seara dos Pobres na campanha do quilo e por equipes de funcionários de empresas, que são simpatizantes à causa;

**oficina de trabalhos manuais:** sábados das 14h às 17h, com crianças em idade superior a 9 anos, as quais são acompanhadas por pessoas especializadas;

**escola dominical para crianças:** as crianças recebem orientação sobre a doutrina espírita, fazem atividades pedagógicas e participam da recreação;

**doação de enxovais de bebês:** é doado assim que a gestante ganha o bebê e/ou sai da maternidade, sendo confeccionadas todas as peças por voluntárias que trabalham exclusivamente com essa finalidade; e

**Centro Espírita Seara dos Pobres:** é o carro-chefe da entidade, atendendo a mais de 1.000 pessoas por mês, com trabalhos de 2ª a sábado, manhã, tarde e noite (muitas vezes com duas sessões), sendo ministradas palestras não apenas voltadas para a educação espírita, mas para a auto-estima e o conhecimento da própria pessoa, que busca respostas para os seus sofrimentos (SEARA DOS POBRES, 2008).

Como acontece até hoje, o programa de sábado, que atende às crianças da comunidade no período matutino, tem como objetivo orientar as crianças com o apoio pedagógico, oportunizar a convivência em grupo com outras crianças, respeitar as diferenças, saber lidar com os seus limites, com a paciência e com a

tolerância. São crianças que convivem com a pobreza e as precariedades inerentes a ela. Também é servido um café da manhã antes do início das atividades, e ao término, uma sopa, para alguns essa é a única alimentação do dia.

Conforme Severino (2001), a importância do saber no âmbito da existência humana não pode ser equacionada se não se retomar sua gênese e seu lugar antropológicos. Com efeito, o modo de existir humano não pode prescindir da contínua e sempre crescente contribuição do conhecimento.

Nesse sentido, a consciência, o pensamento como equipamento da subjetividade humana, nasceu embutida na própria prática do homem, originariamente na sua prática produtiva, pela qual dava conta de sua existência material, mantendo-a inserida num processo permanente de trocas com a natureza. Por isso, a esfera básica da existência humana é aquela do trabalho propriamente dito, ou seja, prática que alicerça a existência material dos homens, já que a vida depende radicalmente dessa troca entre o organismo e a natureza física. Essa esfera da prática produtiva constitui o universo do fazer.

Mas a prática produtiva dos homens não se dá como trabalho individual: ela é, antropológicamente falando, expressão necessária de um sujeito coletivo, ou seja, a espécie humana só é humana porque se efetiva em sociedade. Não se é propriamente humano fora de um tecido social que constitui o solo de todas as relações sociais não apenas como referência circunstancial, mas como matriz, placenta que nutre toda e qualquer atividade posta pelos sujeitos individuais. Além disso, é preciso observar que essa trama de relações sociais que tece a existência real dos homens não se caracteriza apenas como coletividade gregária dos indivíduos, como ocorre nas “sociedades” animais. Um elemento específico interfere aqui mais uma vez marcando uma peculiaridade humana: a sociedade humana é atravessada e impregnada por um coeficiente de poder; ou seja, os sujeitos individuais não se justapõem uns ao lado dos outros em condições de simétrica igualdade, mas se colocam hierarquicamente, uns sobre os outros, uns dominando os outros. Torna-se assim uma sociedade política, uma cidade. Esse coeficiente que marca as nossas relações sociais como relações políticas e que caracteriza nossa prática social envolve os indivíduos na esfera do poder.

Conforme Medeiros,

A idéia de que os homens, vivendo em sociedade, estabelecem mecanismos de convivência para garantir a segurança, a defesa e a proteção a seus membros como condição de sobrevivência é constitutiva e encontra-se na origem das teorias que tentam explicar os fundamentos do Estado moderno. A necessidade de um sistema de proteção que regulasse as condições de trabalho e garantisse a reprodução social surge, contudo, com as grandes transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da industrialização. Vive-se, nesse início de século, um período de grande perplexidade. O progresso e grande profundidade das mudanças na capacidade científica, tecnológica e produtiva levantam questionamentos até então impensáveis. Novas e velhas questões são recolocadas no debate contemporâneo. As lutas pela igualdade e pela liberdade retornaram com nova roupagem a partir dos anos 1980, tendo por base as questões advindas das crises do *Estado de Bem-Estar e dos socialismos reais*, colocando em relevo a necessidade de extensão das liberdades individuais e de superação das desigualdades sociais (2007, p. 23).

A situação da pobreza somente poderá ser alterada quando houver vontade política efetiva entre Estado e sociedade no sentido de melhor trabalho, salário, condições de vida e efetivamente de distribuição de renda.

No item a seguir será abordado o surgimento do Serviço Social e sua importância na instituição.

### **2.3 O surgimento do Serviço Social no Seara dos Pobres**

O Serviço Social surgiu há sete anos com a Assistente Social, Célia Crocetta Góes. Nessa época, freqüentando a instituição, percebeu que poderia contribuir também como voluntária, oferecendo todo o suporte técnico-metodológico e técnico-operativo atinente ao Serviço Social para atuação no programa de sábado com as crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica e também com as mulheres que levavam seus filhos e ficavam esperando o programa terminar.

Sendo assim, o Serviço Social ficou responsável pela realização no início de cada semestre das matrículas das crianças, por meio das entrevistas com os pais e/ou responsáveis e da orientação do funcionamento do programa, fazendo o levantamento de dados como nome completo, idade, endereço, etc. nos encaminhamentos necessários para a segunda via de certidões de casamento, nascimento ou qualquer outro documento, quando necessários aos médicos que atuavam como voluntários na instituição. Nesses casos as especialidades oferecidas são: cardiologista, psicólogos e dentista e equipe de enfermagem da escola

Advance. Podem receber a orientação para outros meios de recursos disponíveis a essa população, como endereços de postos de saúde, hospitais, escolas e creches. Desta forma, o Serviço Social foi conquistando o seu espaço na instituição por suas ações.

Quando falamos em intervenção profissional, é preciso conhecer com quem estamos trabalhando e qual o objetivo que pretendemos atingir, para isso se torna essencial a busca de informações assim como obter a confiança dos envolvidos. Podemos afirmar que foi a partir desse envolvimento das entrevistas com as pessoas responsáveis pelas crianças que se formou o grupo de mulheres. Facilitar a compreensão de direitos nesse grupo de mulheres permitiu que elas tivessem mais autonomia para buscar os seus direitos. Foi um processo demorado, pois era necessário obter a confiança desse grupo e principalmente ser criativo nas abordagens das palestras e das reuniões que aconteciam quinzenalmente com elas.

Para essa modalidade de intervenção, é imprescindível o uso de instrumentos técnico-operativos. Esses, além de viabilizar o trabalho a ser desenvolvido, vão caracterizar o estabelecimento de uma relação profissional e a existência de uma intencionalidade. Não é possível se esquecer de que o eixo técnico-operativo do Serviço Social deve estar relacionado ao seu norte ético-político e teórico-metodológico, pois mesmo no uso de um instrumento de apoio há uma intencionalidade.

De acordo com Lamamoto,

Cabe salientar que desenvolver o trabalho profissional a partir de valores e princípios ético-políticos humanos demanda um perfil de profissional informado e crítico, mas também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de validade (2000, p. 126).

Magalhães (2003) ainda afirma que o profissional deve “traduzir” o significado de algumas palavras, especialmente nos linguajares ou nas gírias da língua, os quais identificam o grupo social ou de referência nos quais o usuário está inserido. Todas as linguagens fazem parte do processo comunicativo e dão indícios importantes para o profissional. No entanto, não são uma justificativa para que essa linguagem passe a fazer parte do seu cotidiano de comunicação.

Respeitar o usuário não é torná-lo “amiguinho”, mas manter uma relação de trabalho que perpassa o respeito àquele que chegou à instituição para ser atendido por um profissional. No item a seguir serão abordados a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os direitos sociais.

### **3 A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E OS DIREITOS SOCIAIS**

#### **3.1 Breve histórico dos direitos sociais**

Conforme Medeiros (2007), a concentração e a monopolização do capital, trazendo consigo o enfraquecimento das bases materiais e subjetivas dos argumentos liberais, fragmentaram a utopia liberal do indivíduo empreendedor. O crescimento do movimento operário, que passa a ocupar espaços políticos importantes na segunda metade do século XIX e no início do XX, levanta novos questionamentos e coloca em xeque a ordem social. No campo econômico a crítica à crença liberal de auto-regulação do mercado revoluciona o pensamento econômico e obriga um reposicionamento teórico do liberalismo em relação à participação do Estado na vida dos cidadãos.

O advento do fordismo, alterando a forma de produção, oferece maior poder coletivo aos trabalhadores, que passam a requisitar acordos coletivos de trabalho e ganhos de produtividade com maior capacidade de barganha. Também a vitória do movimento socialista na Rússia, em 1917, contribui para configurar uma atitude defensiva do capital diante do movimento operário, que reivindica o direito de ter direitos. No século XX, a crise do capitalismo de 1929 ofereceu substrato necessário para evidenciar a insuficiência do sistema de auto-regulamentação do mercado e a necessidade de intervenção do Estado como agente ativo na regulação econômico-social.

Conforme Silveira,

cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los. É este o cerne da democracia (apud CHAUI, 1997, p. 431).

É nesse binômio concessão/conquista, nesse movimento contraditório entre luta e reconhecimento, que foram se forjando as desigualdades gestadas na sociedade capitalista. Foi por meio das manifestações dos trabalhadores,

organizados e ganhando força em suas reações e precárias condições de vida e de trabalho, ao final do século XIX, que as discussões sobre direitos sociais começaram a criar condições objetivas de os direitos serem constituídos, colocando em evidência a insuficiência dos direitos civis e políticos para reversão das desigualdades sociais.

Segundo Silveira,

[...] uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática, quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui algo mais profundo, que é, condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos (apud CHAUÍ, 1997, p. 431).

Diferentemente dos direitos civis e políticos, cuja função é incrementar a esfera de autonomia dos indivíduos, os direitos sociais, que também são chamados por alguns autores como direitos de crédito, definem-se como uma forma de dívida da sociedade para com os indivíduos. Possuem um caráter distributivo. Buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos como forma de fortalecer a coesão social.

De acordo com Vieira,

Na vida social, geram-se normas e costumes, mutáveis de acordo com os grupos, os quais terminam na cooperação, apoiada na igualdade e na reciprocidade, na unidade entre um e outro ser humano, visando a todos. Só a cooperação e a sociabilidade são capazes de inutilizar a burocracia de qualquer natureza, seja do estado, seja das demais instituições. A história da vida cooperativada de muitos só é percebida mais adiante da história de poucos (2004, p. 116).

Ainda hoje a sociedade luta para que os direitos sociais, civis e políticos tenham sua garantia efetivada. Entendemos desta forma que o acesso às leis de forma igualitária nos traria condições de socialização e cobrança dessa lei.

De acordo com Ramos (2004), ao tratar de políticas públicas, é fundamental levar em conta as diferenças internas existentes em cada localidade, em especial nos contextos de altas desigualdades sociais. Não basta, nesse sentido, escolher como foco a pior das piores situações, pois a relação é dinâmica e diferenciada entre as condições das políticas de vida de cada lugar.

Os modos de gestão das políticas públicas no Brasil sofreram uma forte tendência à focalização, notadamente nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período surgiram metodologias de mediação da pobreza e da indigência e até mesmo medidas de desenvolvimento humano, não raro sob influência de cálculos praticados por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (ONU).

A lógica para eleger as prioridades das políticas sociais passou por essas medidas, tidas como referência de corte para determinar os critérios de elegibilidade, tanto para o chamado público-alvo como para os territórios prioritários.

Tais medidas em geral são baseadas no corte de renda. Indicam linhas de base para a definição de pobres e indigentes. A preponderância do indicador renda restringe o próprio fenômeno da pobreza ao relacionar as condições de vida de uma população ao seu acesso ao mercado. Os direitos de acesso aos serviços básicos de responsabilidade do Estado passam como adjacências ou entram na composição da chamada “cesta básica” de necessidades a serem satisfeitas a partir de uma lógica de custo do serviço, num pressuposto de que se trata de serviços a serem adquiridos e não necessariamente usufruídos no âmbito de direitos garantidos pelo Estado.

Essa função social mascara e encobre as essenciais funções que as políticas sociais desempenham no mundo capitalista ao se apresentarem, diante dos indivíduos, como mecanismos institucionais tendentes a diminuir as desigualdades sociais, redistribuindo seus escassos recursos num sentido contrário ao do mercado: aquele que tem menos será o que mais receberá das políticas sociais. Nesse sentido, Iamamoto (1992) analisa o significado dos serviços sociais desenvolvidos por intermédio das políticas sociais, tanto para os usuários quanto para os setores responsáveis por sua implementação. Assim, a autora nos diz:

do ponto de vista das classes trabalhadoras, estes serviços podem ser encarados como complementares, mas necessários à sua sobrevivência, diante de uma política salarial que mantém os salários aquém das necessidades mínimas historicamente estabelecidas para a reprodução de suas condições de vida [...]. Porém, à medida que a gestão de tais serviços escapa inteiramente ao controle dos trabalhadores [...] tendem a ser utilizadas como meio de subordinação dessa população aos padrões vigentes [...]. Do ponto de vista do capital, tais serviços constituem meios de socializar os custos de reprodução da força de trabalho (PASTORINI apud IAMAMOTO, 1992, p. 97).

Essa composição concebe um raciocínio de condições básicas de vida ou de cidadania sustentada pelo indicador de acessibilidade, que, por sua vez, baseia-se na capacidade de compra de cada cidadão para ter suas necessidades satisfeitas. A “cesta básica” não prevê que o Estado deva garantir alguns padrões básicos de condições de vida dos seus cidadãos. Haveria sim um conjunto de necessidades a serem satisfeitas pelo próprio indivíduo.

O uso dessas medidas como referência das políticas sociais pode conduzir a escolhas restritivas. O olhar da medida é dirigido para a capacidade individual e não societária em que se processa o fenômeno da pobreza ou da exclusão social.

Para Vieira,

A Constituição de um país, por exemplo, fixa as bases da organização social e, ao mesmo tempo, indica os princípios para a aplicação do direito. Quando legítima, a Constituição representa um imperativo contra a arbitrariedade, a tirania e o opróbrio, além de orientar a interpretação das leis. Na verdade, as liberdades públicas dão existência à Constituição: elas mantêm e fortalecem-na (2004, p. 30).

Em contextos e situações de altas desigualdades sociais, como é o caso brasileiro, a presença ou a conquista de direitos a acessos básicos, como saúde, habitação, saneamento, educação, assistência social, esporte, lazer, faz grande diferença na medida das condições de vida. É uma questão de combinar condições individuais de vida a acessibilidades coletivas territoriais.

Veremos a seguir quais foram as mudanças que a Constituição Federal de 1988 trouxe ao País no campo dos direitos.

### **3.2 A Constituição Federal da República Federativa do Brasil e as mudanças no País**

Sem dúvida o ano de 1988 foi um marco muito importante na vida de todos os brasileiros, pois a nova Constituição do País assegura direitos iguais a

todos os cidadãos. Afirmar e consolidar tais direitos possibilita a participação dos indivíduos na sociedade.

Um dos maiores avanços da Constituição Federal de 1988 foi a incorporação das políticas sociais como responsabilidade do Estado, atendendo às históricas reivindicações das classes trabalhadoras.<sup>1</sup>

Uma das condições de êxito da reivindicação reside na convicção partilhada de que o novo direito está conforme à exigência da liberdade que atesta os direitos já em vigor [...]. A compreensão democrática do direito implica a afirmação de uma fala – individual ou coletiva – que, sem encontrar sua garantia nas leis estabelecidas, ou na promessa de um monarca, faz valer sua autoridade, na expectativa de confirmação pública, em razão de um apelo à consciência pública (LEFORT, 1991, p. 54).

Na segunda metade dos anos 80, viveu-se uma conjuntura marcada pela manifestação de sinais de falência do padrão do Estado intervencionista e pelo lançamento das bases de minimização do Estado. Um outro aspecto de destaque nos anos 1980 foi a redefinição das regras políticas do jogo para a retomada do Estado democrático de direito. Essa foi a tarefa designada para um Congresso constituinte e não para uma Assembléia Nacional livre e soberana, como era a reivindicação do movimento dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Ainda assim a Constituinte tornou-se uma grande arena de disputas e de esperança de mudanças para os trabalhadores brasileiros, após a seqüência de frustrações – colégio eleitoral, morte de Tancredo Neves e falência do Plano Cruzado (ver Anexo A). Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do País, que ultrapassou o controle das elites.

Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Assembléia Nacional Constituinte, a exemplo de:

- reafirmação das liberdades democráticas;
- impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais;
- reafirmação de uma vontade nacional e da soberania com rejeição das ingerências do FMI;

---

<sup>1</sup> A “Constituição Cidadã” enfatiza a seguridade social, retira a família do espaço privado, colocando-a como alvo de políticas públicas e afirma direitos (SALES; MATOS; LEAL, 2008).

- direitos trabalhistas; e
- reforma agrária.

Na interessante análise de Nogueira (1998), observa-se que, ao longo dos anos 1980, as dificuldades do Estado brasileiro adquiriram transparência em alguns aspectos: sua intensa centralização administrativa; sua hipertrofia e distorção organizacional por meio do empreguismo, da sobreposição de funções e de competências e da feudalização; sua ineficiência na prestação de serviços em gestão; sua privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos e na estrutura de benefícios e subsídios fiscais; seu déficit de controle democrático diante do poder dos tecnocratas e, dentro disso, o reforço do Executivo em detrimento dos demais poderes.

No plano político com o descrédito da Sociedade nos partidos políticos o país vive um dos maiores impasses. Com a instituição do I Plano de Estabilização Econômica que foi interrompido, este profundo descrédito, agravado com a falta de sustentação parlamentar do governo, provocando paralisia e impasse político-administrativo, prejudicial a população e ao desenvolvimento do país (SILVA, 1995, p. 45).

Nos anos 90, há uma das manifestações mais evidentes que se expressaram pela profunda e prolongada crise político-social. O processo mostra a grande participação que foi gerada pelos movimentos populares, e o resultado desse processo foi o texto aprovado, o qual deu consistência ao que se convencionou chamar de “Constituição Cidadã”.

[...] é muito expressivo no sentido de revelar a existência de um conflito, com as forças sociais tradicionalmente dominantes, conseguindo ainda manter controle sobre as definições de ordem econômica, mas tendo que aceitar que na mesma Constituição estejam declarados e protegidos os direitos dos indivíduos e dos grupos sociais que só recentemente conseguiram participação efetiva em decisões políticas (DALLARI, 2000, p. 482).

Em um país como o Brasil, com as tradições político-econômicas e socioculturais delineadas anteriormente, e que apenas a partir da Constituição de 1988 passa a ter em perspectiva a construção de um padrão público universal de proteção social, coloca-se um quadro de grande complexidade, aridez e hostilidade para a implementação dos direitos sociais.

Conforme estabelecido na Constituição Federal:

Capítulo II Dos Direitos Sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Prevalece o consenso de que a introdução da seguridade social na Carta Magna de 1988 significou um dos mais importantes avanços na política social brasileira, com possibilidade de estruturação tardia de um sistema amplo de proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 156).

Um direito cujo reconhecimento e cuja efetiva proteção podem ser adiados sine die, além de confiado à vontade de sujeitos cuja obrigação de executar o programa é apenas moral, ou no máximo, política, pode ainda ser chamado de direito? (BOBBIO, MATEUCUCCI; PASQUINO, 1992, p. 78).

De acordo com Vieira (2004), as sociedades de nossos dias são sociedades de massas, mesmo quando algumas ainda caminham para o consumo amplo. Porém, nem toda sociedade é sociedade democrática. Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição da renda, mas sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões, principalmente nas diversas formas de produção.

Fora disso, a participação é formal ou até mesmo passiva ou imaginária, o que é mais desastroso. Se a tecnologia subordina as pessoas, parece certo que a industrialização se dirige para a democratização. No entanto, nem a tecnologia nem a industrialização são garantias suficientes para a existência de uma sociedade verdadeiramente democrática.

A simples construção da sociedade industrial não faz nascer, por si só, a sociedade democrática. Criar uma “sociedade do bem-estar”, sem dar a todos participação efetiva no controle das decisões e também nos rendimentos da produção, consiste unicamente na adoção dos homens para transformá-los em consumidores obedientes e bem humorados. Surgem então inúmeras modalidades de pensamento irracionalista. Passa-se a admitir que uns existem para mandar sempre, e outros vivem sempre para cumprir ordens, pois a estes últimos resta apenas a presença passiva e ilusória. Reduzida à função de consumidores insaciáveis, que, às vezes vão muito além de suas possibilidades reais, a maior parte da população acaba

ainda sendo acusada de apática e despreparada, como se ela também não fizesse parte da História (VIEIRA, 2004, p. 134).

No caso brasileiro, a ausência da sociedade democrática vem permitindo a substituição do Estado de direito por qualquer inspiração momentânea da classe dirigente por meio de um ímpeto antropofágico, mas infeliz.

A sociedade em constante transformação vai permitindo delinear novos caminhos para uma noção de política agora no sentido mais amplo, em que a população consciente da importância de sua participação, seja por meio de movimentos sindicais, das comunidades ou dos grupos reivindicando melhores condições, favorece buscar e lutar por seus direitos. A Constituição brasileira de 1988 e as identificações dos direitos civis e sociais estão delineados no quadro a seguir.

<b>Civis</b>	<b>Sociais</b>
todos são iguais perante a lei	redução da jornada semanal de 48 horas para 44 horas
homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações	férias anuais remuneradas com mais 1/3 de salário
são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando-se o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação	extensão do FGTS a todos os trabalhadores
ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante	licença-paternidade
habeas corpus	direitos iguais aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos
habeas data	vinculação da aposentadoria ao salário mínimo
mandado de segurança coletivo	extensão aos aposentados dos benefícios concedidos aos trabalhadores ativos
mandado de injunção	ampliação de 90 para 120 dias do período de licença-gestante
	reconhecimento do direito de greve e de autonomia e liberdade sindical
	inclusão do seguro-desemprego com o direito dos trabalhadores urbanos e rurais
	universalização do ensino fundamental; destinação de recursos públicos para esse nível de ensino e para erradicação do analfabetismo
	gratuidade do ensino público em todos os níveis
	transformação da creche em um serviço educacional

Civis	Sociais
	uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços
	irredutibilidade do valor dos benefícios
	diversidade de sua base de financiamento
	gestão administrativa descentralizada e com controle social
	acesso a todo serviço de saúde, com os princípios da universalidade e da equidade
	reconhecimento da Assistência Social como componente da seguridade social
	salário mínimo para idosos e portadores de deficiência que não puderem se manter

Gráfico 1 – Direitos civis e sociais

Nota: A inovação na área dos direitos civis é aparecer como direitos individuais e coletivos.

Fonte: Sistematização da pesquisadora Berenice Rojas Couto, 2003.

Podemos observar que existe um asseguramento de direitos nas áreas trabalhistas aos direitos civis, a Constituição assegurou o habeas data, garantindo o direito de os cidadãos terem acesso aos dados pessoais constantes nos órgãos de informações dos Governos Militares; e o Mandato de Injunção pode cobrar do governo aquilo que deixou de ser regulado, nos direitos sociais é que estão os maiores avanços da Constituição de 1988. Porém, cabe destaque para os assegurados na CF/88 ao prever em seu art. 3º que constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - Garantir o desenvolvimento nacional;
- III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Acreditando que a Constituição nos dê tais garantias, podemos continuar na busca de melhores condições ainda para uma grande parte da sociedade que se encontra socialmente excluída. A Assistência Social é sem dúvida um grande marco no campo de direitos sociais no Brasil. O Estado responsabiliza-se para que a população tenha acesso a esses direitos na condição de cidadão.

No item a seguir serão abordados a Constituição Federal e os direitos das mulheres.

### 3.3 Os direitos das mulheres: avanços e desafios

A partir do século XIX, com a consolidação do sistema capitalista, ganhou relevância a luta dos operários em busca de uma vida melhor e da igualdade entre todos. Na França, deu-se a propugnação pelo direito do voto, que, com amplitude inusitada e resultados desiguais, alastrou-se por vários países do Ocidente. As mulheres lutavam pela organização da família, por oportunidades de estudos e pelo acesso a determinadas profissões. Posteriormente, em especial no final da década de 1960, voltaram-se para as construções propriamente teóricas, reivindicando o caráter “sexista” das atribuições dos papéis e dos estereótipos do gênero que a estrutura social realizou ao longo da história.<sup>2</sup>

Nesse cenário, impulsionado especialmente pela Declaração dos Direitos Humanos, inicia-se o processo de especificação dos sujeitos sociais. Timidamente começa a se firmar a idéia de que “as mulheres” devem ser vistas nas especificidades e nas peculiaridades de sua condição social, importando “o respeito à diferença e à diversidade”.

O contexto leva as Nações Unidas a aprovar, em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ratificada pelo Brasil somente em 1984. Acolhe-se, assim, a tônica da Declaração Universal com relação à indivisibilidade dos direitos humanos.

Os importantes avanços enunciados pela Declaração Universal, há quase cinqüenta anos, foram reiterados na Conferência Mundial de Viena de 1993. A Declaração de Direitos Humanos de Viena afirma, no 5º parágrafo, que “todos os direitos humanos são universais e inter-relacionais”, devem ser tratados globalmente, de forma justa e eqüitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Viena realça, deste modo, o alcance universal dos Direitos Humanos, bem como a sua natureza indivisível e interdependente.

---

<sup>2</sup> No século XX, no final da década de 60 EUA e Europa viviam a cultura da revolução sexual. Fervilhavam as discussões sobre o amor livre, a pílula anticoncepcional, o fortalecimento dos movimentos feministas e homossexuais, o aborto, o trabalho feminino fora do lar e o divórcio. A década de 70 trouxe mudanças na relação homem/mulher, marcando uma crescente participação da mulher no espaço político público tido como masculino.

Ressalta-se que o Brasil subscreveu ambas as declarações, incorporando na Constituição Federal de 1988 a universalidade e a indivisibilidade dos Direitos Humanos. Deste modo a concepção de cidadania vem a ser alargada e redimensionada. Fundada no valor da dignidade humana, a cidadania significa igualdade no exercício dos direitos fundamentais, sejam eles civis, políticos e culturais. Isto implica, por sua vez, na responsabilidade dos agentes sociais e se orienta pela lógica democrática e humanista consagrada nos instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos e reforçada pela Carta Constitucional de 1988.<sup>3</sup>

No entanto, foi somente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995, que se firmou o conceito de que “a violência contra a mulher viola os direitos humanos”, fato esse provocado por movimentos anteriores, a exemplo da Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993.

Atualmente, nos valores do século XXI, apesar da pluralidade de olhares sobre o tema, vê-se que os textos jurídicos compartilham a idéia de que os direitos das mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. Assim, não há que se falar em direitos humanos sem a plena observância dos direitos das mulheres.

Em junho de 1995, 850 mulheres marcharam 200km contra a pobreza pelo interior de Quebec, Canadá, chegando a Montreal onde foram recepcionadas por 15 mil pessoas. “Pão e rosas” elas pediam simbolicamente. A principal conquista dessa manifestação foi o aumento real do salário mínimo, em uma economia de preços estáveis e pressionada pelo mercado comum como os Estados Unidos, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. A iniciativa do movimento de mulheres de Quebec inspirou mulheres do mundo todo a se unirem na Marcha Mundial das Mulheres em 2000.<sup>4</sup>

De qualquer sorte, sabe-se que um discurso voltado para a proteção dos direitos das mulheres ou para a erradicação da violência de gênero ou ainda de

---

<sup>3</sup> Flavia Piovesan é procuradora do Estado, coordenadora do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, professora de Direitos Humanos e de Direito Constitucional da faculdade de Direito da PUC/SP, doutora em Direito Constitucional (DHNET, 2008).

<sup>4</sup> No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres juntou setores como o movimento autônomo de mulheres, o movimento popular e sindical rural e urbano, ampliou o debate econômico entre as mulheres e as trouxe para as ruas. Construíram uma plataforma nacional, a “Carta das Mulheres Brasileiras”, que exige terra, trabalho, direitos sociais, autodeterminação das mulheres e soberania do País (SOF, 2008).

documentos legais não é suficiente. Na verdade, é preciso que a isso se agregue uma prática de respeito às diferenças, pois a luta pela liberdade/igualdade passa, necessariamente, pelo reconhecimento das diferenças.

Na ótica do Direito Internacional existem três períodos históricos da relação entre direitos das mulheres.

A “primeira fase” teve início em 1919, com a fundação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em que muitos dos tratados celebrados referiam-se às mulheres.

A “segunda fase” teve como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; a partir daí, as mulheres vão progressivamente consolidando seus direitos em vários mecanismos de proteção aos Direitos Humanos.

Por fim, a “terceira fase” teve como marco a aprovação da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 1979, assinada não apenas por proteger as mulheres, mas, sobretudo, por obrigar os Estados a adotar medidas que se opunham às discriminações.

Nesse cenário, é possível perceber uma certa repercussão contraditória dos direitos da mulher no debate sobre os Direitos Humanos.

De um lado, a internacionalização da proteção dos Direitos Humanos das mulheres: (a) Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; (b) Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 1967; (c) Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em 1979; (d) Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em 1993; (e) Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, em 1993; (f) Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em 1994; e (g) Convenção das Nações Unidas sobre Mulheres, em 1995.<sup>5</sup>

De outro, um número significativo de mulheres, em termos de efetivação desses direitos, já positivados, estão excluídas da proteção, vítimas da invisibilidade da violência ou do silêncio da discriminação.

---

<sup>5</sup> A 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, de 4 a 15 de setembro de 1995, foi a maior e a mais influente de todas as conferências mundiais sobre a mulher. Cerca de 180 delegações governamentais e 2.500 organizações não-governamentais reuniram-se para discutir uma ampla série de questões relacionadas à mulher. Basearam-se na linguagem acordada em conferências internacionais anteriores, porém foram mais além e incluíram a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, de 1994. A Conferência de Beijing foi o ponto crítico no entendimento mundial a respeito dos direitos humanos da mulher (IWHC, 2008).

As desigualdades humanas mudam de perfil e tais mudanças não se assentam apenas na antinomia entre acumulação e equidade. As desigualdades humanas, aliás como o “valor justiça social”, passam por alterações singulares, particulares e universais, que não se excluem única e necessariamente. Portanto, essas desigualdades não se reduzem a relatividades na transformação de suas essências (VIEIRA, 2004, p. 14).

No exame das políticas sociais, não há somente os que consideram relativos os direitos e os elementos de justiça social, há também os que os universalizam inteiramente. Modelo disto se acha na obra de Norberto Bobbio, *A era dos direitos*, que ali sustentou:

[...] pode-se dizer que o problema do fundamento dos direitos humanos teve sua solução atual na Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948. A Declaração Universal dos Direitos do Homem representa a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e portanto reconhecido: e essa prova é o consenso geral acerca da sua validade (p. 26).

[...] Trata-se, certamente, de um fundamento histórico e, como tal, não absoluto: mas esse fundamento histórico do consenso é o único que pode ser factualmente comprovado (p. 27).

A Declaração Universal representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre (1992, p. 34).

A positivação ou o reconhecimento jurídico desses direitos não lhes assegura uma prática no plano concreto. Além de serem reconhecidos, os direitos e as prerrogativas das mulheres clamam por sua implementação, sob pena de tornarem-se letra morta no cenário social.

Aqueles documentos existentes na órbita internacional precisam ser urgentemente incorporados, mas não só! Precisam ser urgentemente implementados, repercutindo no plano prático-social. Devem ser afastadas as reservas substanciais feitas pelos Estados-partes.

Ao ratificar as convenções, os Estados-partes assumem o compromisso de, progressivamente, eliminar todas as formas de discriminação, no que tange ao gênero, assegurando a efetiva igualdade entre eles. Faz-se necessária a adoção de políticas igualitárias, de legislação igualitária e educação não estereotipada.

Nesse sentido, pode-se inferir que a reversão da condição de grande parcela das mulheres requer o avanço não apenas no que tange às políticas públicas ancoradas na eticidade, mas à inserção de um novo olhar sobre as condições de igualdade em que se fundamentam tais direitos (ESPÍNDOLA; BERNARDES; FERIGOLO, 2003).

Os direitos da mulher, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, são:

1. direito à vida;
2. direito à liberdade e à segurança pessoal;
3. direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;
4. direito à liberdade de pensamento;
5. direito à informação e à educação;
6. direito à privacidade;
7. direito à saúde e à proteção dessa;
8. direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família;
9. direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los;
10. direito aos benefícios do progresso científico;
11. direito à liberdade de reunião e participação política; e
12. direito a não ser submetido a torturas e maus-tratos (FIOCRUZ, 2008).

Ainda hoje percebemos que a luta das mulheres em conquistar seu espaço na sociedade é árdua, mas sabemos que, quando se tem a consciência de seus direitos, os caminhos tornam-se mais claros e esperançosos. Podemos citar a “Lei Maria da Penha”, que veio contribuir para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006).<sup>6</sup>

De acordo com Espíndola, Ferigolo e Bernardes (2003), a luta das mulheres pela conquista de seus direitos, no decorrer do século passado, foi árdua e

---

<sup>6</sup> “O/A homem/mulher se constituem um ser social em permanente modificação, porém, com algumas características que perduram historicamente tais como a socialização e a transformação da natureza” (Darlene de Moraes Silveira é professora do curso de Serviço Social da Unisul).

marcada por dogmas e paradigmas culturais decorrentes de relações de poder historicamente marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres.

Sem dúvida a participação das mulheres foi de suma importância para as conquistas e os avanços sociais, políticos, econômicos, culturais no Brasil.

No entanto, no que tange ao reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, verifica-se que esses demoraram muito tempo até serem incorporados pela Legislação pátria e mais ainda para modificarem a práxis social.

De qualquer sorte, várias foram as reivindicações femininas, algumas seguidas de sucesso. A primeira vitória de uma luta contínua pela igualdade de gênero foi o direito ao trabalho fora dos limites do lar. Quando os homens partiram para a I Guerra Mundial, em 1914, as mulheres tiveram que assumir postos na indústria e no comércio. A partir desse momento, as mulheres passaram a ter a sua independência financeira, porém tiveram que enfrentar a dura e cruel realidade da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Almejando a cidadania, emerge o direito feminino ao voto, em 1932, reivindicação essa constante desde os tempos da República e que somente foi alcançada logo após o advento da Revolução de 30, na Era Vargas. Gradualmente, foram sendo ampliadas as conquistas das mulheres: (a) não pode ser impedida de matricular-se em cursos superiores; (B) consegue apoio oficial para evitar a gravidez, inclusive com a ajuda dos médicos para receitar contraceptivos; (c) a mulher casada passa a ter os mesmos direitos do marido no mundo civil, não precisa mais de autorização, por escrito, dele para ser contratada no emprego; (d) pode matricular-se na faculdade, comprar ou vender imóvel e dar queixa na delegacia; (e) não pode mais ser deserdada pelo pai por ter sido desonesta.

A violação dos direitos e a violência contra as mulheres no Brasil foram intensas durante os “anos de chumbo”, marcando o período de 1964 a 1979 da história brasileira. Como se registrou acima, as décadas de 60–70 provocaram a revisão de inúmeros dogmas e conceitos, causando profundas modificações políticas, sociais e culturais na seara internacional.

Nesse período os homens e as mulheres lutavam contra a Ditadura e a força cruel da repressão. Em que pese o ideal comum para construir uma sociedade mais solidária e justa, as mulheres militantes não raro tiveram sua participação inviabilizada pelo próprio movimento no qual estavam inseridas.

Em meados de 1975, com o início da “Década da Mulher”, promovida pela Organização das Nações Unidas, a luta pela volta da democracia, por melhores condições de vida e pela alteração da condição desigual das mulheres ganhou consistência.

No contexto internacional, em 18 de dezembro de 1979, foi adotada na Assembléia Geral das Nações Unidas a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Essa convenção, importante documento internacional de proteção dos direitos das mulheres, só foi ratificada (com reservas) pelo Brasil em 1º de fevereiro de 1984. Apenas mais tarde, em 20 de dezembro de 1994, o Brasil retirou as reservas formuladas quando da sua ratificação.

Nesse mesmo ano, em 6 de junho de 1994, a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos adotou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a qual foi ratificada pelo Brasil no ano seguinte, em 27 de novembro de 1995.

Em tempo, percebe-se que o respeito aos direitos humanos das mulheres é decisivo para o sucesso democrático do País. A restauração dos direitos democráticos no País provoca a ampliação da atuação das mulheres em outros espaços.

Nesse compasso, a Constituição Federal de 1988 revogou dispositivos discriminatórios e assegurou a igualdade de direitos entre os sexos, prevendo em seu artigo 5º o seguinte:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

De acordo com Ramos,

É importante reconhecer a falência do Estado em prover políticas públicas adequadas, avaliando em que medida as políticas dirigidas às famílias pobres jogam um papel substitutivo das respostas efetivas aos direitos que os governos estão obrigados a garantir.

Ao mesmo tempo, vimos presenciando, há décadas, a existência de um período de transição das estruturas de organização de parentesco, do ponto de vista tanto na norma legal no sentido do que a lei passa a reconhecer como família – como de uma disputa extremamente importante quanto ao

reconhecimento legal de direitos sociais dos familiares, no caso das famílias monoparentais, casais homossexuais, ou na ausência de descendentes [...].

A aspiração da mulher ao trabalho, e sua crescente participação no mercado, fator decisivo nessa transformação da organização familiar, é segundo dados de pesquisa relativamente recente realizada pela Fundação Perseu Abramo, uma das tendências mais firmes nos últimos anos, sendo tomada positivamente por ela própria. Não obstante, a mulher enfrenta obstáculos nessa busca, seja pela falta de empregos, seja pela posição inferiorizada quanto à remuneração em relação à do homem, mesmo quando tem apresentado maior escolaridade que a masculina (2004, p. 61).

Em pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi avaliada a presença da mulher em postos de comando no mercado de trabalho brasileiro. Os números obtidos com a pesquisa, com dados de 2005, revelam que, apesar dos avanços, a posição da mulher brasileira no mercado de trabalho ainda é desfavorável.<sup>7</sup>

Historicamente, o trabalho da mulher sempre esteve presente nas diversas épocas e lugares, sendo relevante para o progresso da humanidade. No entanto, a integração da mulher no mercado de trabalho foi difícil e marcado pela subalternidade e pela discriminação.

Apesar do inegável bom desempenho das mulheres que assumem uma posição de “dirigente” no local de trabalho, ainda é considerada rara a oportunidade para que a mulher demonstre o seu potencial. De acordo com a pesquisa, as mulheres com nível de educação superior ocupam postos de trabalho predominantemente na área de educação, saúde e serviços sociais, enquanto os homens ocupam cargos diversos no mercado de trabalho. Além disso, o rendimento médio da mulher representa apenas 61,6% do salário médio masculino.

Note-se, portanto, que o tipo de inserção no mercado de trabalho é desigual e uma das principais razões para tal diferença pode ser atribuída à própria resistência cultural brasileira. As formas de cultura patriarcal transmitidas durante toda a sua existência exigem da sociedade um grande esforço na luta freqüente contra os seus próprios preconceitos.

Dessa forma, restam incontestáveis os progressos atingidos pela Legislação brasileira na busca de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. A maior dificuldade reside na efetivação das normas positivadas, apesar de existirem inúmeras leis que regulam o tratamento e o acesso igualitário ao

---

<sup>7</sup> Advogada do Zilveto e Sander Advogados. Revista Consultor Jurídico, 23 de fevereiro de 2008.

mercado de trabalho, a mentalidade da sociedade brasileira ainda impede sua plena eficácia.

O Serviço Social vem atuando na instituição para esclarecimentos sobre direitos e acesso a eles, assim como o processo de desenvolvimento escolar das crianças, a importância das brincadeiras em casa, na escola e na comunidade onde vivem, quais tipos de brincadeiras com o grupo e as dinâmicas de suporte à autoestima. Trabalhar com dignidade, serem respeitadas, ainda é um caminho longo a ser percorrido por essas mulheres, em que a saúde, a alimentação, o vestuário, a moradia etc. são precários, mas acima de tudo ter o entendimento de que a luta é necessária para que os seus filhos dêem continuidade àquela história anterior que já faz delas “Mulheres Vitoriosas”.

Ao elaborar o projeto de intervenção na instituição, o Serviço Social, que antes era visto mais como uma fonte de informações, conquistou um novo redimensionamento no espaço ocupacional. Apresentou propostas criativas e inovadoras e começou um trabalho com o grupo de mulheres. Essas propostas e reflexões das ações serão abordadas no próximo capítulo, totalizando os eixos teóricos e práticos, fruto da experiência de estágio curricular.

## 4 O PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM O GRUPO DE MULHERES

### 4.1 O processo de trabalho do Serviço Social com o grupo

O processo de trabalho do Serviço Social com grupos é desencadeado a partir da compreensão da profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Neste sentido, conforme diz Guerra,

Considerando que a matéria-prima da intervenção profissional é composta de múltiplas determinações, heterogêneas e contraditórias, que se movimentam, se alteram e se convertem em outras, a ausência de especificidade, que é tida como causa da versatilidade que as ações profissionais adquirem nos diversos contextos, setores e espaços sociais, constitui-se uma necessidade inerente à razão de ser da profissão. Esta determinação de natureza peculiar à forma de inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho combina-se com determinações mais gerais do modo de produção capitalista: as fragmentações que a divisão do trabalho opera nos processos de trabalho, recolocadas na sociedade como um todo, colidem com a exigência do profissional em encontrar a sua especificidade (1995, p. 157).

O fundamental no conhecimento não é a sua condição de produto, mas o seu processo. Com efeito, o saber é resultante de uma construção histórica realizada por um sujeito coletivo.

O Assistente Social tem que aprender a utilizar os seus sentidos (olhos, ouvidos etc.) e relatar o que aconteceu. A observação do comportamento social tem, em geral, pouco valor se não inclui uma descrição adequada do caráter da atmosfera social ou a unidade maior de comportamento, dentro do qual ocorre o ato social específico.

Segundo Minicucci,

O grupo é entendido como um conjunto de pessoas que são interdependentes na tentativa de realização de objetivos comuns, visam a um relacionamento interpessoal satisfatório. A tentativa da realização desses objetivos cria, no grupo, um processo de interação entre pessoas que se influenciam reciprocamente (1992, p. 76).

A partir da observação, o Assistente Social formula e busca impressões diagnósticas de cada integrante e do grupo, podendo confrontá-las com o grupo.

Essas impressões, no entanto, nunca são colocadas em forma de afirmações verbais diretas porque o diagnóstico social é um processo dinâmico, contínuo e participado. É um componente do próprio processo de mudança. O elemento vital do diagnóstico social no trabalho com grupos é o potencial que os indivíduos têm de contribuir para outras pessoas que com eles partilharão da vida em grupo.

De acordo com Silveira: Grupo: um conjunto de pessoas em uma ação interativa com objetivos compartilhados. Ação interativa significa o aspecto relacional entre os componentes de um grupo (2008, p. 1).

### Segundo Martinelli,

Instrumental é o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção, é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e a técnica, fundamentalmente, à habilidade no uso do instrumental (1994, p. 137).

O diagnóstico seria, então, uma criteriosa investigação dos fatos para determinar a natureza dos fenômenos e a decisão ou opinião resultante de um tal exame ou investigação. A finalidade seria compreender e chegar a uma opinião baseada em fatos.

### Segundo Guerra,

O Serviço Social desenvolve ações instrumentais como exigências da sua forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho e alocação nos espaços sócio-institucionais da ordem capitalista dos monopólios. Estas ações são, ao mesmo tempo, amparadas por uma modalidade de razão e requisitadas por ela. Dado ao caráter hierarquicamente primário que ocupa na constituição da profissão, a instrumentalidade denota a “razão de ser” do Serviço Social, produzida e reproduzida pelo racionalismo formal-abstrato das formas de existência e consciência dos homens nas sociedades burguesas maduras (1995, p. 37).

O Assistente Social deve fazer o diagnóstico social preliminar dos indivíduos, a avaliação da estrutura do grupo e dos padrões de interação. Da revisão e organização desses fatos e da avaliação precisa dos problemas e dos potenciais dos membros que se relacionam ao grupo depende a maior ou menor eficiência do diagnóstico.

A tarefa de avaliação diagnóstica é diferente para cada grupo, dependendo dos objetivos específicos de cada um, de sua composição e estrutura.

Os elementos são encarados tanto como indivíduos em interação como propriedades derivadas dessa interação. O diagnóstico deve fornecer elementos que possibilitem a compreensão do indivíduo de seu papel e de suas relações dentro do grupo; o tipo de influência que o grupo exerce e vice-versa; a influência dos grupos de referência e as relações com o sistema social maior no qual o grupo está inserido.

Conforme Gentilli,

Como serviço, a profissão tem historicamente se vinculado às políticas e aos programas sociais destinados aos trabalhadores e aos diversos segmentos sociais de excluídos. O recorte de objeto que neles opera seja nas ações governamentais, seja nas iniciativas da sociedade civil (entidades filantrópicas, patronato, organizações populares, sindicatos, etc.) – é o de possibilitar a inclusão dos diversos segmentos de cidadãos excluídos dos direitos de cidadania nos patamares que são operados conjuntamente (1997, p. 132).

A preocupação do Assistente Social não se restringe àquilo que uma pessoa pode realizar, mas também com aquilo que ela é e com o que pode vir a ser, considerando o contexto das relações sociais.

Num grupo, ocorre a ajuda mútua entre os seus integrantes, mas também surgem dificuldades causadas pelos outros, quer diretamente, quer por projeção sobre os outros de seus problemas. A crença fundamental da democracia alicerça-se na dignidade do homem. Como resultado de tal crença, colocamos o processo de grupo como meio de governar nossa vida em quase todas as atividades.

Em todos os momentos encontramos pessoas que participam de grupos nas situações cotidianas: o sindicato, o conselho de professores, o grupo de mulheres, o clube de jovens, dentre outros. Todos atuam como grupos com potencial de relações democráticas, formais ou informais. A democracia caracteriza-se por depositar confiança no grupo.

Conforme Torres (1977), acredita-se que os seguintes suportes são fundamentais para uma confiança no processo do grupo democrático:

- os grupos de pessoas comuns têm, dentro do alcance de suas capacidades, a faculdade de reconhecer, definir e resolver seus problemas comuns, satisfazer suas necessidades comuns, trabalhar conjuntamente.

A ação do grupo está baseada no consenso geral do grupo, conseguido mediante a participação de todos os seus integrantes, de comum acordo e com suas aptidões diferenciais para contribuir. Acredita-se que as atividades dos grupos são mais aceitáveis e produtivas quando se desenvolvem pelo grupo do que quando são levantadas como opinião de um só indivíduo ou de um subgrupo.

A produtividade do grupo pode incrementar-se mediante esforços, tanto na totalidade de seus membros como dos elementos, individualmente, para:

- melhorar a capacidade de relacionamento interpessoal;
- desenvolver melhor interação de grupo; e
- valorizar continuamente as transações para alcançar os objetivos e conseguir resultados esperados.

De acordo com Telles (1994), em suma as exigências cotidianas do trabalho profissional, aliadas à convicção da certeza de nossos ideais, princípios e valores em articulação com as demandas, os usuários e as lutas levadas adiante pelos movimentos sociais, requerem a visualização dos processos sociais histórico-concretos por meio de reflexão e de elaboração teóricas, as quais propiciam o alcance da dimensão consciente e elucidativa dos desafios e das alternativas a serem enfrentados.

A sociedade, na pessoa de cada usuário dos serviços sociais, espera, portanto, de tais profissionais uma firme e constante resolução de empreender e executar todas as iniciativas que se julguem serem as melhores, porque a postura ética também requer efetividade e eficácia, visto que a intenção inócua não é nada. Isto estimula, sem dúvida, os Assistentes Sociais a se mobilizarem para realizar seus projetos.

Conforme Baptista,

No cotidiano da vida profissional, que se dá em uma realidade dinâmica, o estudo de situação configura um conjunto de informações, constantemente alimentadas e processadas, as quais se constituem em subsídios permanentes não apenas para decisões referentes a situações enfrentadas, mas também para ampliar a capacidade argumentativa da equipe em sua interlocução com as diferentes instâncias de poder abrangidas por sua ação (2003, p. 39).

O Serviço Social deve, então, propiciar um saber teórico-metodológico e um técnico-operativo, fundados em princípios e valores éticos, com vistas a direcionar as práticas e os projetos de forma a estabelecer nexos com as prioridades da agenda político-democrática contemporânea, fundada, entre outros, na luta pela garantia dos direitos sociais e humanos. Isto porque é preciso imprimir um sentido à ação profissional alicerçado na razão e em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, que se insere nesse cenário de lutas e propostas coletivas da sociedade brasileira em prol de uma cultura pública democrática.

A ética comparece em cada momento desse acenando para a premência de uma ação, sinalizando direções, reivindicando atitudes, cultivando a sensibilidade, convidando à mobilização ou ao sigilo, sugerindo parceiros, aliados e mediações interdisciplinares, alertando para os riscos, desafiando os medos, elencando as melhores escolhas e fins... São múltiplas, portanto, as possibilidades inscritas no dimensionamento de uma atuação profissional com vinculações coletivas, mas é preciso ter clareza de que a unicidade da experiência ética pressupõe que ninguém pode responder em nosso lugar. Esses são subsídios que lhe permitem localizar, compreender, explicar e prever tendências de uma situação e de cada um de seus aspectos; e acumular elementos de juízo que permitam esboçar hipóteses alternativas viáveis de intervenção.

Para Yamamoto,

Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva. À medida que os direitos se realizam, alteram o modo como as relações entre os indivíduos sociais se estruturam, contribuindo na criação de novas formas de sociabilidade, em que o outro passa a ser reconhecido como sujeito de valores, de interesses, de demandas legítimas e passíveis de serem negociadas e acordadas. Portanto, colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que compõe o seu trabalho (2005, p. 77).

Por isso o Serviço Social em seu trabalho cotidiano precisa estar diante das políticas sociais, contribuindo para a desburocratização e fortalecendo mecanismos que possam oferecer subsídios aos cidadãos por meio das políticas sociais.

É diante das políticas sociais que o Serviço Social instala as condições de orientar os cidadãos sobre seus direitos. Na área da saúde, idoso, criança e

adolescente existem leis como também projetos de que os grupos podem participar. A sociedade em sua grande maioria desconhece seus direitos, portanto a ação profissional do Serviço Social deve propiciar melhores condições de vida das pessoas.

De acordo com Baptista,

O saber que informa a ação profissional cotidiana é complexo: emerge de uma combinação histórica específica de diversos modos de conhecimento simultâneos e interagentes mas, de certo modo hierarquizados, um é dominante e impregna todos os demais, modificando suas condições de funcionamento e desenvolvimento. Esse saber se constrói na inter-relação entre conhecimentos já constituídos e postos à mão e novos conhecimentos em processo de construção (2001, p. 115).

Esse complexo de saberes está imbricado no cotidiano, no “mundo da vida”, tendo, portanto, suas particularidades, sua própria causalidade estrutural: determinações de sua dinâmica de relações e de dominações, relações que constituem essas estruturas reais, esse processo de transição, as “impurezas” e as “sobrevivências” que representam produtos parciais desse processo.

O importante é ter claro que a ação profissional se efetiva por aproximações, desvios, soluções precárias para resolver dificuldades imediatas. Isto não significa que o saber construído pelo Serviço Social seja necessariamente utilitarista ou imediatista, significa que, seja qual for o seu objeto, mediata ou imediatamente, o profissional deverá procurar superar essas limitações, encaminhando suas reflexões e seus resultados em um sentido histórico-social, político e técnico de produção de conhecimentos, tendo em vista um saber e uma prática mais consequentes.

Conforme Yamamoto,

Os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONGs), exercem a função de um educador político; um educador comprometido com uma política democrática ou um educador envolvido com a política dos “donos do poder”. Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional (2005, p. 77).

Nesse cotidiano, situações comuns, fatos e relações com sua história e seu sistema de tipificações e relevâncias determinam interpretações norteadas por

uma “concepção relativamente natural do mundo” – comum aos diferentes membros da categoria profissional e aos que com eles se relacionam – cujo significado subjetivo contém não apenas a interpretação mais geral de seu lugar na sociedade mas também um conjunto de receitas de hábitos, costumes, normas, conhecimentos etc. mais ou menos institucionalizados, que regulam o seu comportamento prático no campo social e técnico e que os ajudam a viver em harmonia com os demais sujeitos que compartilham das mesmas situações.

Essa profissão, como as demais, à medida que se refazem e se reconstróem as relações na sociedade, vai se reconstruindo e se refazendo, muito embora, esse processo não sugere os limites das relações postas pelo capitalismo, uma vez que a própria sociedade não os supera. Nesse processo de construção, as ações individuais dos profissionais podem assumir, ao mesmo tempo, as dimensões de síntese – resultantes do processo coletivo de elaboração de conhecimentos e práticas desenvolvido pela categoria – e de criação de novas propostas e de novos conhecimentos.

De acordo com Yamamoto:

Assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz, como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio. Requer uma condução democrática do trabalho do Serviço Social, reforçando a democracia na vida social. Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva (2005, p. 77).

Nesse processo, a experiência é submetida a uma seletividade que determina o que deve ser retido e o que deve ser “esquecido”, o que pode ser objetivado, conservado e acumulado, constituindo o acervo de conhecimentos apreendidos na formação profissional. Esse acervo inclui o conhecimento da situação e de seus limites, o que permite sua “localização” na sociedade e o “manejo” dos conhecimentos de forma apropriada. Requisita-se hoje um profissional propositivo e não apenas executivo, capaz de formular projetos de trabalho, defender seu espaço ocupacional. Enfim, um profissional capaz de formular, gerir, implementar e avaliar políticas sociais e de defesas de direitos, um profissional que possa potencializar sua contribuição nos processos de democratização das políticas públicas. No próximo item será relatada a vivência de estágio no grupo Mulheres Vitoriosas.

## 4.2 A prática de estágio com o grupo Mulheres Vitoriosas

Chegado o momento mais esperado durante o curso, o desejo de colocar em prática o aprendizado no período de estágio. Somente aí temos a dimensão dos desafios enfrentados pelos profissionais, que muito embora são persistentes e sabem que é grande a responsabilidade de buscar outras alternativas.

De acordo com Yamamoto,

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundamentação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição das riquezas entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos (2005, p. 27).

No grupo de mulheres que foi formado na instituição a partir da inserção do Serviço Social há sete anos, reforçado por meio do trabalho de intervenção realizado no período de estágio de Serviço Social, eram levantadas as diversas dificuldades encontradas muitas vezes para se conseguir participar. Como um espaço de aprendizagem, foi iniciativa do grupo escolher um nome, percebendo então que aquele espaço conquistado por elas tornava-se importante, daí a votação e o nome escolhido: Mulheres Vitoriosas.

O grupo Mulheres Vitoriosas, que faz parte assiduamente dos encontros, é composto de oito mulheres, às vezes recebendo a visita de outras, chegando às vezes a quinze ou mais participantes. Essas mulheres conseguiram um crescimento pessoal e social por meio da participação no grupo. É importante esse espaço onde elas conseguem agora se identificar e sem medo buscam informações e trocam experiências.

O Serviço Social tem realizado um importante trabalho com esse grupo. O interesse delas em participar dos encontros acabou criando um vínculo de respeito mútuo e conseqüentemente fortalecendo as relações de confiança e de aprendizagens para que o trabalho continuasse no ano de 2008.

Segundo Guimarães (apud ALMEIDA, 1997), a identidade grupal diz respeito a quem é esse grupo e o que o caracteriza. A formalização organizativa é o grau de institucionalização ou regulação das ações de seus membros, a definição das condições de participação e permanência no grupo e as funções/atribuições exercidas pelos membros, também as relações com outros grupos. Consiste em saber se os vínculos entre os grupos são positivos ou negativos, se colaboram ou não, se relacionam-se de maneira formal ou informal.

A identidade do grupo elabora-se também em função das relações que ele estabelece com os demais grupos e os vínculos que vão se formando com esses. Essa identidade se fortalece à medida que a identidade de determinado grupo estiver enraizada historicamente e seus interesses ligados a uma determinada classe social. A consciência de pertencer a um grupo significa o integrante tomar o grupo como referência, aceitar o que ele é, os objetivos do grupo como seus. Consciência e identificação não são sinônimos. São fenômenos complexos, mas fundamentais para a identidade grupal. Um alto grau de consciência e um alto grau de identificação costumam produzir um alto grau de compromisso grupal.

Essa consciência, ou seja, o sujeito tomar o grupo como referência para a sua própria identidade ou vida, vai sendo formada na medida da possibilidade da participação dos indivíduos. Para isso é preciso que esses sujeitos encontrem no grupo um alto grau de identificação pelas questões e pelas formas de condução dos trabalhos e ainda o encontro com os seus objetivos. É necessário comentar a respeito do poder grupal diante dos demais grupos. O poder não é algo que se detém, mas é construído por meio de um exercício. Implica analisar as relações sociais de um grupo diante dos demais grupos da sociedade. O grau de poder de um grupo ou de uma parte da população também ocorre em função dos recursos de que dispõe, sejam eles materiais, culturais e pessoais. Quanto maiores forem seus recursos, provavelmente maior será o seu poder (GUIMARÃES apud ALMEIDA, 1997).

Quando o grupo sentiu vontade de escolher um nome, o Serviço Social entendeu que esse grupo de mulheres estava conseguindo entender o objetivo

daqueles encontros. Elas estavam reconhecendo naquele espaço um lugar de aprendizado e reflexões e principalmente estavam obtendo a confiança daqueles que faziam parte do grupo.

O trabalho do Serviço Social muitas vezes é lento e gradual porque são muitos os obstáculos encontrados. O perfil desse grupo de mulheres é de vulnerabilidade econômica, vivem com suas famílias em uma comunidade onde prevalecem a violação de seus direitos e as diferentes formas de violência. Já a prática de estágio em Serviço Social foi orientada nos princípios definidos no Código de Ética Profissional, conforme o quadro a seguir.

**Princípios fundamentais que norteiam a ação profissional do Assistente Social conforme o Código de Ética de 1993**

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;  
 Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;  
 Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;  
 Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;  
 Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;  
 Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;  
 Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;  
 Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;  
 Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;  
 Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;  
 Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Gráfico 2 – Ação profissional do Assistente Social

Fonte: Informações veiculadas pelo CRESS/RS. Folder do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.

De acordo com Iamamoto,

Os princípios constantes do Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais

acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano (2005, p. 78).

Importante para a consecução do trabalho do Serviço Social é a constituição de parcerias. No campo de estágio, muitas organizações e profissionais foram contatados e contribuíram com o grupo de mulheres e o acesso às informações dos direitos. Porém, cabe o destaque para a parceria com a escola Advance.

Iamamoto nos diz:

Os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONGs), exercem a função de um educador político; um educador comprometido com uma política dos “donos do poder”. Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional (2005, p. 79).

O Serviço Social levou algum tempo para interagir com o grupo Mulheres Vitoriosas. Hoje a relação que se estabelece é de assessoria. O Serviço Social facilita os processos de decisões. A participação da escola Advance sem dúvida propiciou a busca de novos interesses, principalmente na área da saúde, pois conseguimos por meio de palestras e reuniões levar a esse grupo de mulheres o conhecimento e até mesmo a prevenção de algumas doenças.

De acordo com On, Muchail e Martinelli,

A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste imenso objeto, desta mesma prática (2001, p. 156).

A partir das dificuldades desse grupo, começamos a fazer um trabalho de esclarecimento sobre a saúde da mulher. Esse foi nosso primeiro desafio, precisavam acreditar que eram capazes de aprender.

De acordo com Iamamoto, essa contradição fundamental da sociedade capitalista entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e dos frutos do trabalho: “está na origem do fato de que o

desenvolvimento nesta sociedade redundando, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social” (2005, p. 27). Porém, de outro lado e na sua concentração/acumulação de capital há uma produção crescente da miséria, da pauperização, que atinge a maioria da população nos vários países.

Os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, os indivíduos experimentam-na no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc.; questão social que, sendo desigualdade, é também rebeldia por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nessa tensão entre produção da desigualdade e produção de rebeldia e da resistência que trabalham os Assistentes Sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Exatamente por isso decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem na atualidade as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver que apontam um futuro que está sendo germinado.

Nessa perspectiva o Serviço Social anunciava os dias das reuniões e das palestras por meio de cartazes, colocados em locais de fácil visibilidade na instituição. O próprio grupo comentava em sua comunidade sobre as reuniões e as palestras e a importância da participação das mulheres para que pudesse continuar o trabalho de conscientização e acesso a informações sobre direitos (ver Anexo B).

A seguir serão destacadas algumas ações que contaram com a participação/organização da estagiária de Serviço Social e que sinalizam reflexões teóricas sobre o Serviço Social com grupos na perspectiva de acesso aos direitos.

Começamos nosso primeiro encontro com a apresentação das normas operacionais do programa, esclarecendo aos pais e/ou responsáveis a importância

da presença de seus filhos no programa. Aproveitamos o momento da matrícula para pedir os documentos necessários, como certidão de nascimento e endereço completo, assim poderíamos ter um levantamento correto dos dados. Isso acontecia na sala do Serviço Social, onde era feita a entrevista individual com os pais e/ou responsáveis, dentro de total sigilo. Essa foi a forma encontrada para obtermos os dados, pois a grande maioria não sabia informar a data completa do nascimento de seus filhos ou outras informações sobre o universo familiar.

Segundo Magalhães (2003), ao se apropriar de algum instrumento, o profissional avaliador deve estar atento aos objetivos de sua avaliação, à linguagem que utiliza e ao fato de estar afinado ou não com o uso do instrumento que escolheu.

O instrumental técnico não deve ser um fim em si mesmo. No caso dos profissionais das áreas humanas, os instrumentos a serem utilizados no processo avaliativo são variados e não necessariamente exclusivos de determinada profissão. Têm uma função de suporte ao trabalho a ser desenvolvido, seja na coleta inicial de dados, na orientação ou no próprio desencadear de um processo reflexivo.

Durante a entrevista, as peculiaridades da linguagem devem ser observadas, porque fornecem indícios importantes para a avaliação. Tal fato não significa “falar igual” ou criticar o uso de uma linguagem diferente. As linguagens são expressas também por gestos, olhares, tom de voz etc., o que implica atenção e cuidado do profissional no momento da entrevista. Além do mais, silêncios também são diálogos que comunicam mensagens. O profissional não deve precipitar-se em interrompê-lo, mas aguardar e deixar que o próprio usuário retome a fala.

Logo após as apresentações das normas operacionais do programa, começamos nossa primeira palestra com o grupo de mulheres falando sobre a Lei Maria da Penha, em que estavam presentes 25 mulheres.

O Serviço Social fez cartazes sobre: Disque e denuncie: 180 Central de Atendimento a Mulher e 190 Polícia Militar. Explicou a elas por que a Lei Maria da Penha tinha esse nome. Percebemos o interesse delas no assunto, e aos poucos começaram a participar e a contar suas experiências ou de alguém que conheciam e que já havia denunciado seu marido/companheiro.

A Lei foi denominada Maria da Penha para homenagear esta mulher, que em 1983 foi vítima de dois atentados de homicídio por parte de seu marido, deixando-a paraplégica, depois por choque e afogamento. Este crime, esta violência inaceitável, foi parar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos que acusou e responsabilizou o Brasil por negligência e omissão

em relação à violência doméstica. A biofarmacêutica Maria da Penha Maia lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo contra a violência doméstica (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

A preparação desse encontro/palestra fundamentou-se nos materiais produzidos pelo Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina em parceria com Organizações Não-Governamentais, Conselhos Profissionais e Movimentos Sociais organizados, que vêm lutando pela implantação e pela implementação de Políticas Públicas para atendimento à mulher vítima de violência e seus filhos menores de 18 anos. Nessa luta há alguns avanços como:

- aprovação da Lei n. 12.630, de 4 de julho de 2003, que obriga o Estado a implantar e implementar casas de abrigos;
- realização das Conferências Municipais e Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres;
- audiências e atos públicos, seminários que estão trazendo para a arena pública a questão da violência não mais como pertencente à esfera pública privada, mas como uma questão de natureza pública na qual o Estado deve garantir serviços, programas e projetos que afiancem à mulher o direito à vida;
- diante dos avanços mencionados, temos que continuar lutando para que os “Direitos de Papel” se transformem em Políticas Públicas com a implementação: do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, que são as deliberações da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, que visa, entre outras ações, ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, com equidade salarial e acesso aos cargos de direção, educação inclusiva e não sexista, garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, diminuir a morbidade e mortalidade feminina, ampliar e aperfeiçoar a rede de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência, garantir a materialização dos tratados internacionais ratificados visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de enfrentamento à violência, garantia da implantação e da implementação da Lei Maria da

Penha – Lei n. 11.240, de 7 de agosto de 2006 (CRESS, 12ª Região/SC, fôlder).

Esse tema propiciou momentos de reflexão e debate, pois a violência doméstica é constante no contexto social tal qual foi vivido por elas. Lembra-se que:

Na prática profissional, as mediações entre a elaboração teórica, a projeção e a intervenção se dão de maneira complexa: têm que responder a questões muito concretas, sócio-econômicas e políticas de uma sociedade extremamente diversificada, colocando-se diante de problemas muito específicos. Nesse espaço o profissional não tem apenas que analisar o que acontece, mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção. Na sua forma particular de conhecimento voltado para a prática, ao conhecer a realidade, vai construindo no pensamento um projeto de ação, vai emergindo uma maneira peculiar de ver problemas e construir soluções, lançando mão do desenvolvimento teórico e de aplicações tecnológicas (BAPTISTA, 2001, p. 116).

Após as reuniões e as palestras, realizava-se uma avaliação, uma reflexão do nosso trabalho com a participação dos profissionais envolvidos na intenção de possibilitar ao grupo de mulheres a exploração de suas dúvidas e relatar suas experiências.

A temática seguinte trabalhada com o grupo de mulheres foi a saúde. As abordagens sobre a saúde filiam-se à compreensão de direitos às políticas de proteção social, e o Serviço Social vem atuando também nessa área para trazer informações ao grupo de mulheres.

Todos os encontros foram importantes, porém, em alguns o grupo de mulheres se evidenciou na participação e no interesse dos assuntos abordados.

Conforme Bravo et al.,

O trabalho do assistente social na saúde deve ter como eixo central a busca criativa e incessante da incorporação dos conhecimentos e das novas requisições à profissão, articulados aos princípios dos projetos da reforma sanitária e ético-político do Serviço Social (2006, p. 213).

Desta forma, o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o Assistente Social trabalhe as seguintes questões:

- busca de democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde;
- atendimento humanizado;
- estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade;
- interdisciplinaridade;
- ênfase nas abordagens grupais;
- acesso democrático às informações; e
- estímulo à participação cidadã.

Assim a temática abordada foi o HPV, nessa data, 14 mulheres estavam presentes e contribuíram com os seus depoimentos e perguntas sobre o assunto. Os assuntos discutidos sobre esse tema foram: O que causa o câncer de colo de útero? Qual a incidência desse tipo de câncer? Como perceber os sintomas do HPV? Os homens estão livres? A vacina é eficaz? A lei para vacinação gratuita já existe? Nesse momento aproveitamos para falar um pouco da importância do voto em tempos de eleição, pois a proposta precisa ser aprovada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados antes de ser sancionada pelo Presidente da República e virar Lei. Falamos também como seria possível ajudarmos na aprovação do projeto da senadora Ideli Salvatti, do PT/SC, mostrando a força da participação popular, assinando o abaixo-assinado para transformar a proposta em Lei.

De acordo com Baptista,

O modo como o profissional faz isso determina a relação que se estabelece com a teoria: se diante desse problema, que é real, ele faz uma combinação orgânica das demandas da ação com as requisições teóricas, extraindo daí um problema teórico; se parte de uma teoria como a priori para sua análise crítica e intervenção; se sua reflexão teórica se situa ao nível da justificativa de determinados tipos de prática com as quais apenas remotamente tem alguma ligação; ou se, ainda, aquele que não faz relação alguma, tendo de considerar ainda, aquele que não faz relação alguma, considerando que na “prática a teoria é outra” (BAPTISTA, 2001, p. 117).

Uma outra palestra foi sobre plantas medicinais, com a manipulação de muitas plantas conhecidas e outras não, com a explicitação de como manter em um pequeno espaço em seu jardim uma minifarmácia. Essa palestra foi lembrada pelo grupo de mulheres por um bom tempo, que seguiram as orientações do palestrante e estavam plantando e cuidando de seus chás em suas próprias casas. Refletimos

sobre esse aspecto que é importante a palestra não somente para orientá-las mas para incentivá-las a mexer com a terra, a observar a planta crescer e as possibilidades de cuidados com a terra.

No encontro seguinte o assunto foi sobre a hepatite A, B e C. O que é hepatite? Quais os tipos de hepatite mais freqüentes? Quais os sintomas? Como evitar? As estagiárias da escola Advance levaram vídeos sobre o assunto, o que motivou o grupo.

Baptista diz que:

Na medida em que a realidade social é dinâmica e, também, que o processo para apreendê-la se faz por sucessivas aproximações, não existe um momento no qual se possa dizer que se tenha perfeitamente delineado e delimitado o objeto da intervenção: ele vai se construindo e reconstruindo permanentemente no decorrer de toda a ação planejada, em função de suas relações com o contexto que o produziu, sendo modificado e modificando-o permanentemente (2003, p. 31).

O Serviço Social reuniu-se com a enfermeira da escola Advance para fazer o planejamento do 2º semestre, como já havíamos solicitado sugestões para o grupo de mulheres dos assuntos que seriam abordados, precisávamos apenas organizar as datas que ficavam acessíveis para todos participarem, assim como a forma como ocorreriam esses encontros.

Confome Baptista,

O Planejamento se realiza a partir de um processo de aproximações, que tem como centro de interesse a situação delimitada como objeto de intervenção. Essas aproximações consubstanciam o método e ocorrem em todos os tipos e níveis de planejamento. Ainda que submetidas ao movimento mais amplo da sociedade, o seu conteúdo específico irá depender da estrutura e das circunstâncias particulares de cada situação (2003, p. 27).

O Serviço Social vem trabalhando com o grupo de mulheres com a possibilidade de oferecer um melhor entendimento de alguns temas e de que elas possam interagir com outras pessoas na comunidade onde vivem. A pedido de algumas participantes do grupo, foram levantados alguns conflitos enfrentados com suas(eus) filhas(os) sobre gravidez na adolescência.

De acordo com Baptista,

O planejador que pretende criar condições para uma intervenção que conduza a mudanças significativas – não apenas na singularidade do seu objeto, mas na particularidade da situação e na universalidade das relações sociais – deve necessariamente procurar superar seus limites do enfoque situacional para identificar prioridades de intervenção, adotando uma visão que não reduza a ação à imediatividade (2003, p. 73).

Dentre as dinâmicas, destacam-se, além das palestras, a integração grupal, o estímulo ao autoconhecimento, o fomento à auto-estima e as dramatizações dinâmicas com caráter lúdico, que oportunizaram a diversão e o conhecimento ao mesmo tempo, e oportunizamos a reflexão sobre as temáticas abordadas, principalmente aquelas que tinham consciência de que suas atitudes podem mudar suas vidas. Apresentamos essa palestra também às filhas desse grupo de mulheres, com a presença de 9 adolescentes.

Destaca-se ainda o tema Primeiros Socorros. Estavam presentes 7 mulheres na palestra. Foi esclarecido que primeiros socorros são as medidas iniciais e imediatas aplicadas a uma vítima fora do ambiente hospitalar, executadas por qualquer pessoa. Como se faz o atendimento inicial ao acidentado? Foram tratados dos tópicos: parada respiratória, engasgamento, parada cardíaca, hemorragias, intoxicações/envenenamentos, queimaduras, estado de choque, desmaios, convulsões, traumatismo craniano e de coluna vertebral, ferimentos, fraturas, luxações e entorses.

O aleitamento materno foi outro tema abordado, destacou-se a importância de amamentar para a mãe e para o bebê, quais os cuidados com a mama no aleitamento. Em nosso grupo havia duas grávidas, e 10 mulheres participaram da palestra, nesse dia houve uma grande participação delas, pois cada uma queria falar sobre sua gravidez, como foi amamentar, em alguns momentos foi preciso intervir e colocar uma ordem para que todas pudessem falar e ser ouvidas. Nossa reunião, que estava programada para durar 1 hora, levou 1 hora e 40 minutos para terminar.

Percebemos que, quando elas não têm conhecimento sobre o assunto abordado, elas ficam em silêncio para não perder nenhuma informação, fazem suas perguntas e até anotações. Muitas vezes percebemos que o que está sendo mais importante a elas é esse momento de convivência, de poder falar e ser ouvida por alguém. Algumas mulheres procuram estar maquiadas e, quando isso acontece, são sempre motivadas; elas dizem que gostam de estar ali porque o grupo foi se

fortalecendo e ficou um espaço em que elas socializam os seus conflitos cotidianos. Coube ao Serviço Social esclarecer os seus direitos.

A temática sobre drogas foi discutida em outra palestra muito receptiva, pois esse tema faz parte da vida familiar e da comunidade onde vivem essas mulheres. Foram muitos depoimentos trazendo o caminho que a droga percorre por meio da violência como motivo de separações. Elas levantaram os seus medos e as suas angústias. Sentem-se abandonadas pelo Estado, pois a falta de segurança faz com que se tornem pessoas sofridas por um sistema em que a lei do tráfico predomina e que é preciso obedecer para que todos possam continuar vivos.

Políticas públicas foi outro tema organizado e abordado pelo Serviço Social. Esclarecemos a elas que políticas públicas é tudo aquilo que o governo implementa para todos; explicamos a diferença de política pública de um programa. As políticas públicas são para todos. Por exemplo, o Serviço Único de Saúde. Outras temáticas foram abordadas, como a importância do voto consciente, já que em 2008 teremos eleição para prefeito e vereadores.

Assim, compreendia-se que as atividades do estágio curricular seguiam os preceitos do projeto ético-político do Serviço Social no acesso aos direitos, na radicalização da democracia, na busca de uma “nova ordem societária”.

Conforme Yamamoto,

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a nossa parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (2005, p. 77).

A confraternização no final de cada semestre proporcionava o entrosamento do grupo e oportunizava novas sugestões para o trabalho no semestre seguinte.

Desta forma, a avaliação aponta que o caminho traçado pela estagiária do Serviço Social está contribuindo para o crescimento dessas mulheres e principalmente o êxito em instigar a vontade de aprender. Sabemos que as desigualdades sociais afetam as condições de vida, os vínculos familiares e sociais,

a própria violência social, e o processo de trabalho do Serviço Social permite por meio das políticas públicas mediar direitos entre o indivíduo e o Estado.

A prática de estágio possibilitou o trabalho com o grupo Mulheres Vitoriosas, instigando e despertando para os necessários aprofundamentos teórico-práticos. Essa experiência vem oportunizando reflexões acerca do processo de trabalho do Serviço Social diante dos diferentes desafios enfrentados na realidade social.

## 5 CONCLUSÃO

A atualização que se impõe ao Serviço Social deve considerar a profissão em cada momento histórico, e quanto à atualização não se pode perder de vista as possibilidades de desenvolvimento de uma prática profissional que vem tentando se firmar e legitimar a partir de uma perspectiva de crítica às sociedades marcadas pela exclusão social e econômica da maioria das populações.

Conforme diz Yamamoto,

A matéria-prima do trabalho do assistente social (ou da equipe interprofissional em que se insere) encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, urbanização de favelas, etc. – tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais quotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos. Tais questões são abordadas pelo assistente social por meio de inúmeros recortes, que contribuem para delimitar o campo ou objeto do trabalho profissional no âmbito da questão social. Importa considerar as características específicas que as expressões da questão social assumem aos níveis regional, estadual e municipal e as alterações sócio-históricas que nelas vêm se processando, também em função das formas coletivas com que possam estar sendo enfrentadas pelos sujeitos envolvidos (2005, p. 100).

A globalização, o neoliberalismo, o desemprego e a crise econômica são expressões que ocupam o cotidiano do Brasil, com isto o Assistente Social é desafiado por esse quadro conturbado por ser um profissional responsável pelo planejamento e pela execução das políticas sociais.

É fundamental que o profissional do Serviço Social tenha a consciência de buscar por meio das políticas públicas os direitos que a Constituição Federal de 1988 oferece aos cidadãos.

As reflexões contidas neste trabalho estão pautadas na busca de informações e até mesmo de compreensão da história do Serviço Social. Cabe salientar o aprendizado e principalmente a satisfação com os avanços conquistados junto ao grupo Mulheres Vitoriosas, do Seara dos Pobres, no qual foi possível vivenciar a importância do conhecimento para a busca de direitos.

Essas mulheres saíram do anonimato, saíram de suas casas, aprenderam a expressar as suas vivências e os desafios cotidianos num espaço proporcionado pelo Serviço Social; elas reconheceram que podiam por meio de um grupo se

fortalecer para uma condição melhor de vida com suas famílias e no cotidiano em geral.

Isto nos dá a certeza de que o trabalho desenvolvido foi marcante na direção de uma condição melhor de vida a todos que acreditam e trabalham para a mudança.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática em Serviço Social”. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 10, 1997.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

\_\_\_\_\_. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber: a ação profissional do saber**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo/Lisboa: Veras/CPIHTS, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008. v. 2.

BOBBIO, N.; MATEUCUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1992.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Discutindo subjetividades contemporâneas**. São Paulo, 1997. v. 1.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. Disponível em: <<http://www.cress-sc.org.br/>>. Acesso em: out. 2008.

COUTO, Berenice Roja. **O direito social e a assistência na sociedade brasileira: uma equação possível?** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, fev. 2003.

DALLARI, D. Sociedade, Estado e Direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500–2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

DHNET. Disponível em: <[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)>. Acesso em: 1 nov. 2008.

ESPÍNDOLA, A. A. S.; FERIGOLO, L.; BERNARDES, M. B. Direito das mulheres: uma busca constante pela (des)construção de conceitos e valores. **Revista de Pesquisa e Pós-Graduação**, Santo Ângelo, 2003.

FIOCRUZ. Disponível em: <[www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)>. Acesso em: 22 out. 2008.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Política social e direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVIII, v. 53, mar. 1997.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: \_\_\_\_\_. **Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo II. CFESS/CRESS/ABPESS/CEAD, 2000.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: \_\_\_\_\_. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação social. São Paulo: Cortez, 2005.

KARSCH, Ursula M. Simon. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1998.

IWHC. Disponível em: <[www.portugues.iwhc.org](http://www.portugues.iwhc.org)>. Acesso em: 26 out. 2008.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo/Lisboa: Veras/CPIHTS, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O ensino teórico-prático do Serviço Social: demandas e alternativas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 44, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lucia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, Maria Bernadete de Moraes. **Interdição civil**: proteção ou exclusão. São Paulo: Cortez, 2007.

MINICUCCI, Agostinho. **Técnicas do trabalho em grupo**. São Paulo: Atlas, 1992.

NOGEIRA, M. A. **As possibilidades da política**: idéias para uma reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PRESIDÊNCIA DA RESPÚBLICA. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 26 set. 2008.

RAMOS, Frederico. **Território e políticas públicas**. Trabalho com famílias, textos de apoio. São Paulo: Cortez, 2004.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Mercado desigual ao trabalho da mulher ainda não acabou**. 23 de fevereiro de 2008. Disponível em: <[www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)>. Acesso em: out. 2008.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **O uno e o múltiplo nas relações entre as área do saber**: o poder da verdade e a verdade do saber. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. Biblioteca básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007. v. 3.

SILVEIRA, Darlene de Moraes. Material apresentado em sala de aula. Florianópolis: Unisul, 2008.

SOF. Disponível em: <[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)>. Acesso em: 26 out. 2008.

SUPLICY, Marta. Conselho Federal de Serviço Social. **Revista Inscrita**, ano III, n. VI, jul. 2000.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TELLES, V. S. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TORRES, Zélia. **Grupo**: instrumento de Serviço Social. Petrópolis: Vozes, 1977.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

## ANEXO A – DIRETAS JÁ



Figura 1 – Campanha das Diretas Já

Fonte: Disponível em:

<[http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://ayoshiharu.vilabol.uol.com.br/eleicao.jpg&imgrefurl=http://ayoshiharu.vilabol.uol.com.br/nova\\_republica.html&h=212&w=317&sz=15&hl=pt-BR&start=6&um=1&usq=\\_\\_AD2cID8iW4IBZbaRP8LblyLoqww=&tbnid=KAJYhZ338wcfM:&tbnh=79&tbnw=118&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://ayoshiharu.vilabol.uol.com.br/eleicao.jpg&imgrefurl=http://ayoshiharu.vilabol.uol.com.br/nova_republica.html&h=212&w=317&sz=15&hl=pt-BR&start=6&um=1&usq=__AD2cID8iW4IBZbaRP8LblyLoqww=&tbnid=KAJYhZ338wcfM:&tbnh=79&tbnw=118&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR)>. Acesso em: nov. 2008.

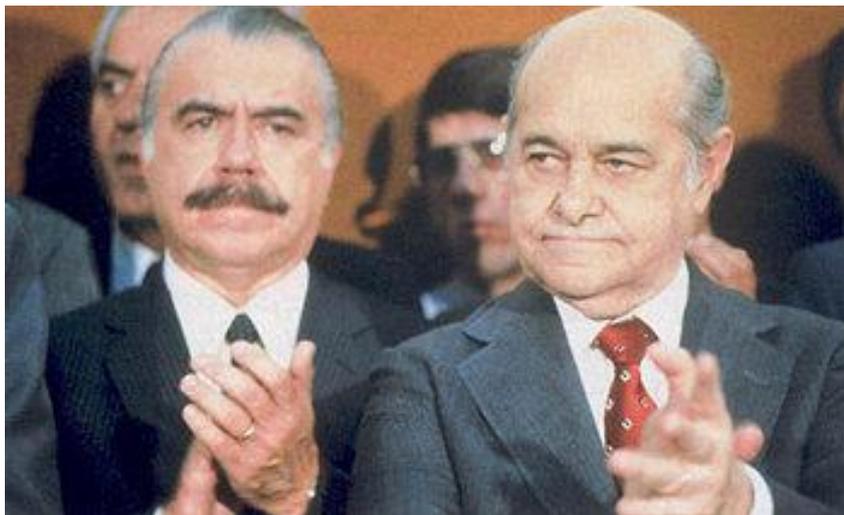


Figura 2 – Candidato a Presidente Tancredo Neves e seu vice, José Sarney

Fonte: Disponível em:

<[http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.oab.org.br/hist\\_oab/images/tancredo\\_sarney\\_peq.jpg&imgrefurl=http://www.oab.org.br/hist\\_oab/defesa\\_estado.html&h=62&w=100&sz=3&hl=pt-BR&start=22&um=1&usq=\\_\\_vGpTZ1MRWvgHMAZEvm3WBBtA-PY=&tbnid=iBfTDnZWYU3IAM:&tbnh=51&tbnw=82&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26start%3D18%26ndsp%3D18%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DN](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.oab.org.br/hist_oab/images/tancredo_sarney_peq.jpg&imgrefurl=http://www.oab.org.br/hist_oab/defesa_estado.html&h=62&w=100&sz=3&hl=pt-BR&start=22&um=1&usq=__vGpTZ1MRWvgHMAZEvm3WBBtA-PY=&tbnid=iBfTDnZWYU3IAM:&tbnh=51&tbnw=82&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26start%3D18%26ndsp%3D18%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DN)>. Acesso em: nov. 2008.



Figura 3 – Cumprimento dos candidatos das Diretas Já

Fonte: Disponível em:

<[http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://veja.abril.com.br/200405/imagens/historia3.jpg&imgrefurl=http://veja.abril.com.br/200405/p\\_062.html&h=200&w=300&sz=17&hl=pt-BR&start=50&um=1&usq=\\_BMZswLf4Ty4pP10WPxl6F3Z-F2c=&tbnid=sMBNV\\_B47PXgGM:&tbnh=77&tbnw=116&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26start%3D36%26ndsp%3D18%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DN](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://veja.abril.com.br/200405/imagens/historia3.jpg&imgrefurl=http://veja.abril.com.br/200405/p_062.html&h=200&w=300&sz=17&hl=pt-BR&start=50&um=1&usq=_BMZswLf4Ty4pP10WPxl6F3Z-F2c=&tbnid=sMBNV_B47PXgGM:&tbnh=77&tbnw=116&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26start%3D36%26ndsp%3D18%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DN)>. Acesso em: nov. 2008.



Figura 4 – Comemoração pelas Diretas Já nas ruas do País

Fonte: Disponível em:

<[http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://regisbonvicino.com.br/imagens/diretas.jpg&imgrefurl=http://regisbonvicino.com.br/textcrit70eigaroto.htm&h=261&w=400&sz=68&hl=pt-BR&start=33&um=1&usq=\\_D9m2EcAgpMubwu5StyKFtjNplnk=&tbnid=XjDFE80DSYkeqM:&tbnh=81&tbnw=124&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26start%3D18%26ndsp%3D18%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DN](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://regisbonvicino.com.br/imagens/diretas.jpg&imgrefurl=http://regisbonvicino.com.br/textcrit70eigaroto.htm&h=261&w=400&sz=68&hl=pt-BR&start=33&um=1&usq=_D9m2EcAgpMubwu5StyKFtjNplnk=&tbnid=XjDFE80DSYkeqM:&tbnh=81&tbnw=124&prev=/images%3Fq%3Ddiretas%2Bj%25C3%25A1%2Btancredo%2Bsarney%26start%3D18%26ndsp%3D18%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DN)>. Acesso em: nov. 2008.

**ANEXO B – GRUPO DE MULHERES**

Figura 5 – Palestra sobre o câncer de mama



Figura 6 – Reunião com o grupo de mulheres



Figura 7 – Participação da diretora do Centro Espírita Seara dos Pobres, Sr.a Lourdes, na reunião com o grupo de mulheres



Figura 8 – Palestra sobre saúde